

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO EM 23 DE MAIO DE 2015

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.585.885,32	259.861,91
Pessoal Ativo	113.038.345,31	6.767,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.535.149,72	-
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.012.390,29	253.093,95
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	599.397,65	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	528.333,06	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	71.064,59	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	124.986.487,67	259.861,91
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		125.246.349,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	7.645.714.404,58
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,64%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	458.742.864,27
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	435.805.721,06
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	412.868.577,85

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto
Diretor de Administração e Finanças

Rodrigo Pimenta da Silva
Coordenador de Controle Interno

Wellington Gonçalves de Magalhães
Presidente

Henrique Higídio Braga
1º Vice-Presidente

Pablo César de Souza
2º Vice-Presidente

Edvaldo Piccinini Teixeira
Secretário-Geral

Nílton César Rodrigues
1º Secretário

José Francisco Filho
2º Secretário